



Comissão de Pregão II

DECISÃO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 129/2022

Processo Licitatório nº: 30.307/2021

Processo de Impugnação nº: 19.343/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 129/2022

OBJETO: Aquisição de EQUIPAMENTOS MÉDICOS E HOSPITALARES, para atender às necessidades das Subsecretaria de Atenção Básica, Estratégia de Saúde da Família, CAPS e Hospital Municipal Raul Sertã

IMPUGNANTE: K. C. R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP

CNPJ Nº: 21.971.041/0001-03

IMPUGNADO: EDITAL

01. Trata-se de IMPUGNAÇÃO interposta pela empresa K. C. R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP, com fulcro na Lei n.º 10.520/2002 e no Decreto n.º 1024/2019, subsidiados pela Lei n.º 8.666/93, por intermédio de seu representante legal, tempestivamente, contra os termos do Edital Pregão Eletrônico n.º 129/2022.

02. Em tempo, informamos que este Pregoeiro e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 038, de 01 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 09 de janeiro de 2021, que cria a Comissão de Pregão II, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.

03. Que cumpridas as formalidades legais, registra-se a interposição de Impugnação Administrativa, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo de Impugnação.

I. DAS PRELIMINARES



Comissão de Pregão II

04. Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento à impugnação, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de impugnação já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

II. DAS ALEGAÇÕES DA IMPUGNANTE

05. Suscintamente, a impugnante alega que a exigência disposta no item 19.3 do instrumento convocatório não é exigível para alguns itens do presente certame visto que *"A Empresa K.C.R. é Isenta de cadastro C.E.V.S e Licença de Funcionamento na Vigilância Sanitária conforme portaria CVS m. 01, de 22 de Janeiro de 2007, conforme se comprova da Declaração da Vigilância Sanitária E RESPOSTA DA ANVISA que segue em anexo, consequentemente sendo ISENTA DE REGISTRO NA ANVISA, DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO EXPEDIDA PELA SECRETARIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITÁRIA E LICENÇA SANITÁRIA ESTADUAL OU MUNICIPAL, posto que é empresa de comercio de equipamentos de medição (balanças) e até porque AS BALANÇAS são isentas de registro no órgão da saúde, pois os equipamentos não se encontram classificado na Tabela de codificação de produtos médicos constantes na RDC 185 de 22/10/01, conforme disposto no art. 25, 1º., da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976 e NOTA TÉCNICA Nº 03/2012/GQUIP/GGTPS/ANVISA.."*

III. DOS PEDIDOS DA IMPUGNANTE

06. Requer a impugnante:

- a) *"Requer se digne a Ilustre Comissão de Licitação proceder a alteração do edital, ao aqui exposto excluindo A EXIGÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO DA ANVISA ou manter, fazendo ressalva que para os proponentes do ITENS*



Comissão de Pregão II

*ACIMA MENCIONADOS (BALANÇA e equipamentos) não se faz necessário a apresentação, com a consequente reabertura de prazo para apresentação dos documentos e propostas"*

IV. DA ANÁLISE

07. Após análise das alegações apresentadas, verificação dos documentos enviados e pesquisa sobre a matéria, restou constatado que assiste razão à impugnante quanto a exigência do documento de autorização de funcionamento da Anvisa, disposta no Subitem 19.3 do edital.

V. DA DECISÃO

09. Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso II, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso II, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, CONHEÇO da Impugnação interposta pela empresa K. C. R.S. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP, no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 129/2022, e no mérito, DOU PROVIMENTO pela alteração do edital, em comento.

Nova Friburgo, 26 de julho de 2022.

Mayco Videira Sartório  
Pregoeiro Substituto – Comissão de Pregão II  
Matrícula: 105.916